

Relatório de Execução

NPISA Almada

2024



Sara Chaves

Teresa Pestana

Divisão de Intervenção e Ação Social

Câmara Municipal de Almada

Índice

1. Introdução	3
2. Diagnóstico – Retrato da população em situação de sem abrigo em Almada	5
3. Respostas do Município direcionadas para Pessoas em Situação de Sem Abrigo	12
3.1 Acompanhamento Social (Gestão de Casos)	12
3.2. Equipas de Rua (Diurnas e Noturnas)	13
3.3. Respostas de Alojamento.....	15
3.3.1. Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL)	15
3.3.2. Espaço de Acolhimento Temporário (AHBV)	17
3.3.3. <i>Housing First</i>	18
3.4. Atividades Ocupacionais	21
3.4.1. Oficinas Criativas	21
3.4.2. Passeios e outras atividades.....	21
4. Execução Financeira	25
5. Parceria	27
6. Perspetivas futuras.....	28
6.1. Candidatura Plano de Recuperação e Resiliência (BNAUT)	28
6.1.1. Centro de Alojamento de Emergência Social - CRIA Pombal	28
6.1.2. Resposta de Alojamento de Transição	29
7. Considerações Finais	30

1. Introdução

Desde a implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023 a Câmara Municipal de Almada assumiu a coordenação do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (NPISA), estrutura de parceria que já existia, mas que, face à nova legislação, foi adequada às novas diretrizes. A estrutura atual do NPISA foi aprovada em plenário do CLASA do dia 29 de março de 2018.

No âmbito desta coordenação, iniciou-se um processo de reestruturação do modelo de governança do NPISA, bem como a estruturação de novas respostas, circuitos e bases de dados, essenciais para a redefinição e qualificação da intervenção no território de Almada tendo em vista a (re) integração social das pessoas em situação e sem-abrigo (PSSA).

O Plano Municipal de Integração de PSSA foi aprovado no final de 2019 e contém 3 eixos de intervenção, para os quais concorrem várias medidas orientadas para o propósito de reduzir o nº de PSSA em Almada e de prevenir novas situações:

EIXO 1 – Promoção do conhecimento do fenómeno e monitorização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA)

EIXO 2 – Qualificação da Intervenção – Assegurar a existência de condições que garantam a promoção e autonomia através da mobilização e contratualização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico

EIXO 3 – Prevenção do retorno à situação de sem-abrigo

Os últimos anos têm sido particularmente desafiantes, considerando a crise económica e habitacional que se instalou no país e o consequente aumento das situações de desalojamento. Esta situação levou a que o NPISA tivesse que adaptar as suas respostas e pensar soluções adequadas às novas necessidades, em articulação com as entidades responsáveis pelo atendimento e acompanhamento social de 1ª linha, sem perder o foco nos objetivos anteriormente definidos.

Ao nível da intervenção direta e acompanhamento social a PSSA, importa salientar que as funções do Centro Social e Paroquial Nossa Sra. da Conceição da Costa da Caparica (CSPNSCCC), no projeto de Gestão de Casos, foram assumidas pela Associação Cristã Evangelica de Apoio Social (ACEDA) e as suas competências ao nível de um dos projetos de *Housing First* foram

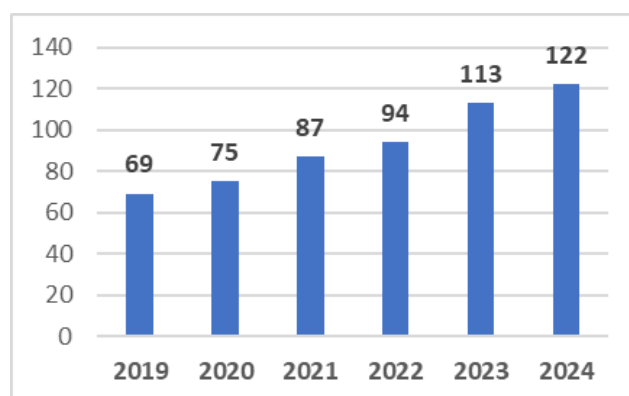
transmitidas à Associação CRESCER, que assim integrou o grupo de parceiros do NPISA de Almada.

Neste relatório é apresentado um retrato atualizado da população em situação de sem abrigo do Município, bem como dados de execução física e financeira que decorrem das respostas disponibilizadas e orientadas para este público. É também apresentada uma reflexão sobre as principais dificuldades e desafios sentidos na intervenção e sobre as perspetivas futuras neste âmbito.

2. Diagnóstico – Retrato da população em situação de sem abrigo em Almada

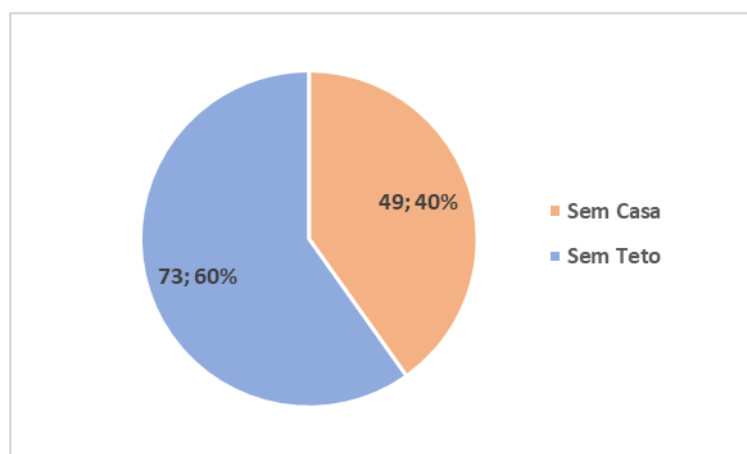
Almada apresenta um volume de pessoas em situação de sem abrigo variável, que tem oscilado entre as 69 e as 122 pessoas nos últimos 6 anos, com uma tendência clara para o crescimento deste fenómeno.

Gráfico 1 – Evolução do fenómeno das PSSA no concelho de Almada (2019-2024)



Os dados apresentados de seguida reportam aos casos ativos em dezembro de 2024.

Gráfico 2 – Distribuição de pessoas identificadas por condição de sem abrigo



A análise da distribuição das pessoas acompanhadas por condição de sem abrigo considera o conceito de PSSA definido pela ENIPSSA (2017-2023).

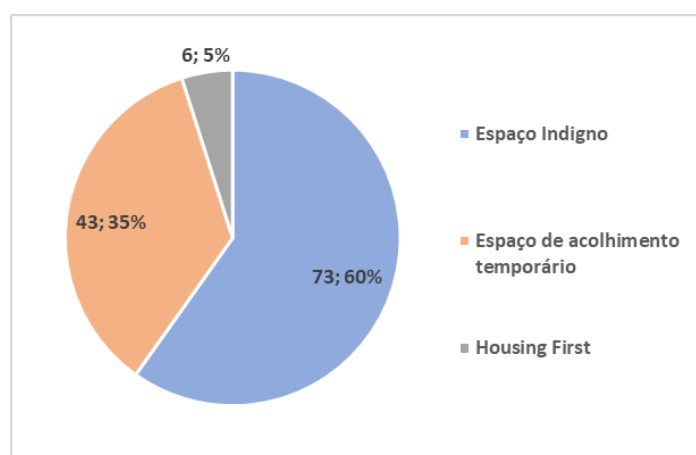
Neste âmbito, considera-se “Pessoa em Situação de Sem-Abrigo” aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física ou mental, se encontre:

- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;

Ou

- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Gráfico 3 – Distribuição de PSSA por local de pernoita



Considerando os gráficos 2 e 3, verifica-se que a maioria dos destinatários do projeto se encontrava na condição de sem teto (60%; N=73), pernoitando em espaços indignos. Os locais de pernoita são na sua maioria o espaço público, viaturas, patamares de prédios e construções abarracadas/ casas abandonadas sem condições de habitabilidade. Verifica-se ainda que algumas das PSSA em condição de sem teto pernoitavam em roulottes e no serviço de urgência do Hospital Garcia da Orta.

No que respeita às PSSA abrangidas em condição de sem casa (40% (N=49), a maioria integrava espaços de acolhimento temporário de gestão da autarquia (N=43), tendo que 25 pessoas se encontravam acolhidas no Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) e as outras 18 pessoas no Espaço de Acolhimento Temporário disponibilizado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, mediante protocolo com a Câmara Municipal de Almada. Importa ainda referir que 5% (N=6) dos destinatários integraram resposta de *Housing First*.

Gráfico 4 – Distribuição de PSSA por sexo

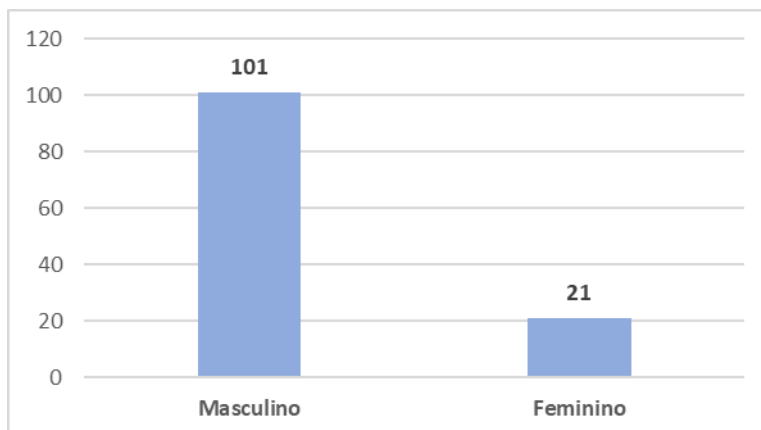
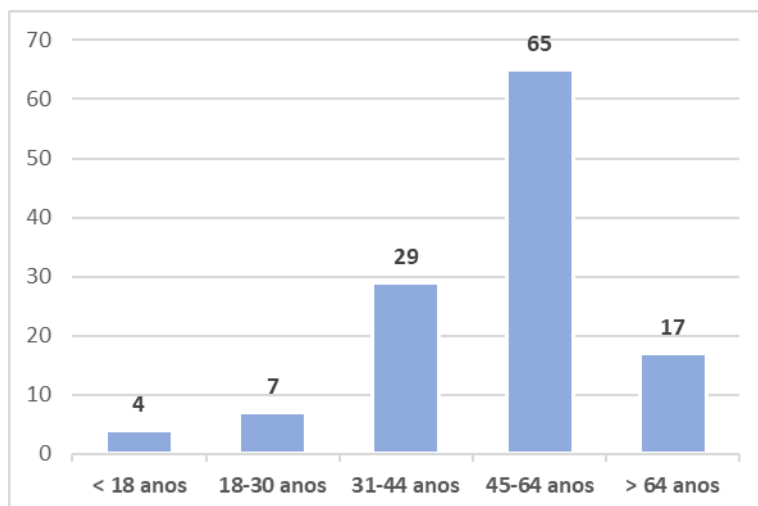


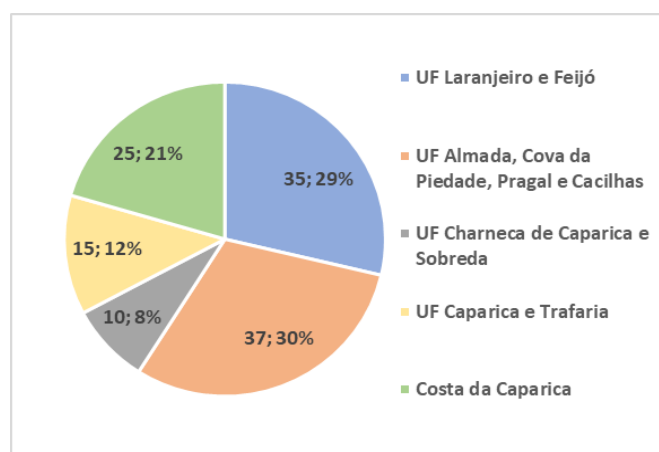
Gráfico 5 – Distribuição de PSSA por faixa etária



Da observação dos gráficos 4 e 5 constata-se que a população em situação de sem abrigo acompanhada é maioritariamente masculina (N=101; 83%), encontrando-se, predominantemente, nas faixas etárias acima dos 30 anos (N=94; 77%).

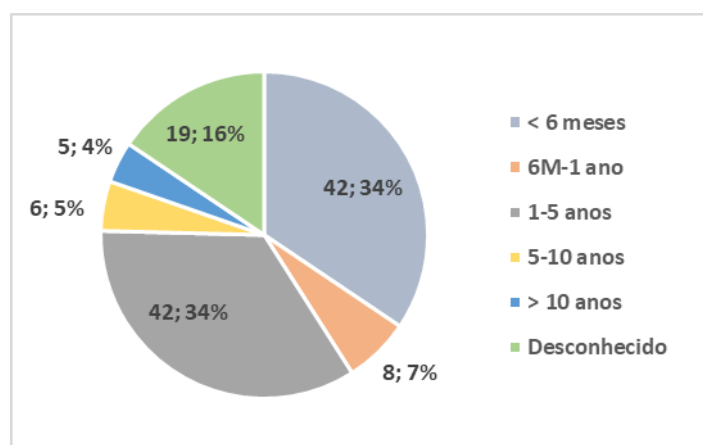
Destaca-se ainda o número de PSSA com mais de 64 anos (N=17) que, embora representem uma minoria face ao universo de pessoas acompanhadas, se encontram numa situação ainda mais vulnerável pela fragilidade associada a problemas de saúde e à menor resistência física e psicológica às condições adversas da vivência em contexto de rua.

Gráfico 6 – Distribuição de PSSA por freguesia de pernoita



No que diz respeito às freguesias de pernoita, verifica-se que existe uma maior concentração de PSSA nas Uniãos de Freguesias de Almada, Cova da Piedade Pragal e Cacilhas (N=37; 30%) e do Laranjeiro e Feijó (N=35; 29%). Importa referir que o Espaço de Acolhimento Noturno se situa na UF do Laranjeiro e Feijó, pelo que 25 das PSSA que têm esta freguesia como local de pernoita se encontram em situação de sem casa. Por outro lado, a maioria das PSSA a pernoitar na UF de Almada, Cova da Piedade Pragal e Cacilhas estão em condição de sem teto (N=32).

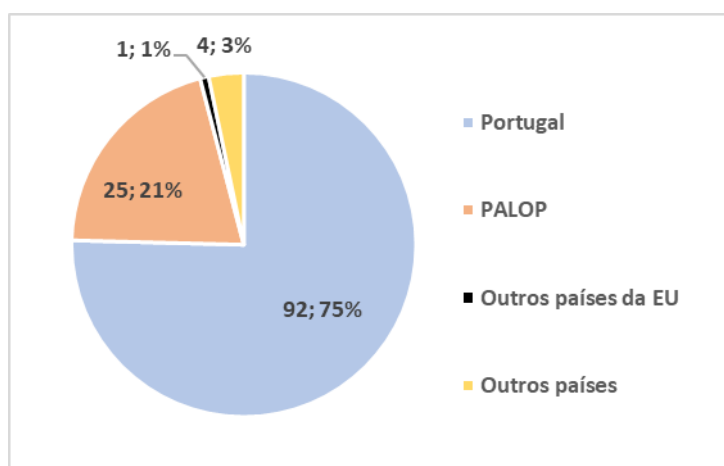
Gráfico 7 – Distribuição de PSSA por duração da situação de sem abrigo



Da informação conhecida, salientam-se dois grupos. Por um lado, é possível concluir que uma grande parte das pessoas acompanhadas se encontra em situação de sem abrigo há um período compreendido entre 1 e 5 anos (N=42; 34%), fator que potencia um nível elevado de quebra de

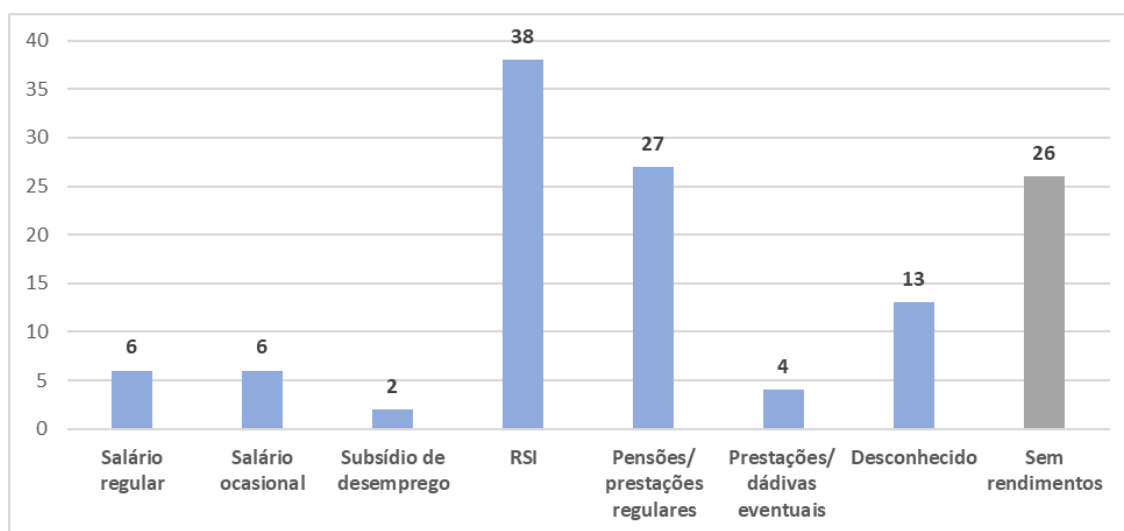
laços sociais e referências. Por outro, o número de pessoas que estão nesta condição há menos de 6 meses (N=42; 34%) reflete o contínuo e gradual crescimento das situações de emergência social por perda de habitação.

Gráfico 8 – Distribuição de PSSA por nacionalidade



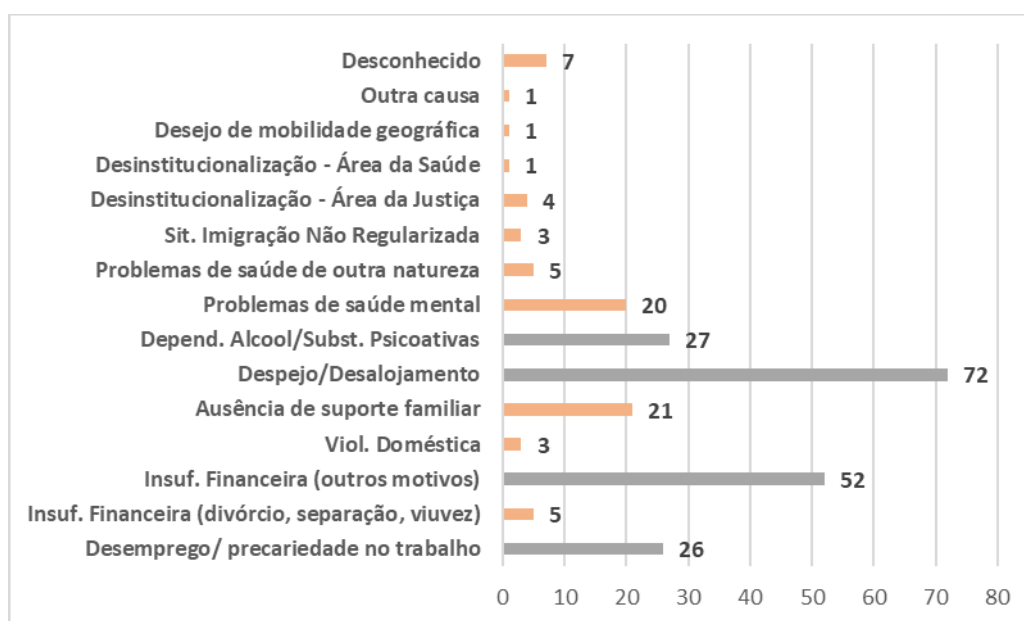
No que diz respeito à nacionalidade, verifica-se que a maioria das PSSA são portuguesas (N=92; 75%), sendo o segundo grupo de destaque representado pelos nacionais de PALOP (N=25; 21%). Importa referir que das 92 PSSA com nacionalidade portuguesa, 6 são naturais de PALOP (3 de Angola e 2 de Cabo Verde).

Gráfico 9 – Distribuição de PSSA por rendimentos auferidos



A maioria das PSSA acompanhadas tem alguma fonte rendimento (N=96), embora os valores auferidos se revelem claramente insuficientes para garantir a sua subsistência. O Rendimento Social de Inserção é a principal fonte de rendimento apresentada pelos utentes acompanhados, sendo que a atribuição desta prestação é uma das prioridades da intervenção, numa primeira fase, e até que as PSSA integrem atividade profissional ou adquiram outros direitos sociais que lhes permitam obter um rendimento mais elevado e digno.

Gráfico 10 – Distribuição de PSSA por causas de entrada em situação de sem abrigo



Relativamente às causas que conduziram à situação de sem abrigo, verifica-se que o despejo/desalojamento assume particular destaque, assim como a insuficiência financeira. Estas questões estão diretamente ligadas à incapacidade para fazer face a uma despesa habitacional. A par, tem sido notório um crescimento de situações do âmbito da doença mental, que continuam subdiagnosticadas pela dificuldade existente em conduzir, voluntariamente, algumas PSSA a consultas de psiquiatria.

Sintetizando, conclui-se que a população em situação de sem abrigo em Almada é maioritariamente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, encontrando-se, na sua maioria, em condição de sem teto, a pernoitar na UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com percurso de rua que se pode considerar prolongado, apresentando como principal fonte de rendimento o RSI e como principais causas para a entrada em situação de sem abrigo o despejo/desalojamento e a insuficiência económica.

Ao longo do ano de 2024 foram contabilizadas 251 sinalizações de PSSA, tendo todas sido encaminhadas para triagem pelas equipas de rua. Sempre que foram identificadas novas situações, as mesmas foram remetidas para acompanhamento pelos Técnicos Gestores de Caso, de acordo com a área territorial e problemáticas diagnosticadas.

No mesmo ano, 71 das PSSA acompanhadas autonomizaram-se, deixando a situação de sem abrigo. Destas, 18 foram acolhidas por familiares/ amigos, 10 ingressaram em Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas, 3 integraram outras respostas de saúde, 1 integrou uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), 31 integraram resposta habitacional (quarto/ casa), 6 deixaram o Município de Almada por meio de resposta habitacional em outro concelho/país, 1 integrou casa abrigo e 1 integrou residência para mães.

3. Respostas do Município direcionadas para Pessoas em Situação de Sem Abrigo

3.1 Acompanhamento Social (Gestão de Casos)

A intervenção do NPISA de Almada tem por base o Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado definido pela ENIPSSA, que prevê que “todas as pessoas devem ter o acompanhamento de um gestor de caso desde o momento em que a situação é identificada/sinalizada”.

A Gestão de Casos permite a realização de um acompanhamento social de proximidade, sistemático e individualizado, que visa responder às necessidades e objetivos dos utentes e que assenta no desenvolvimento de estratégias flexíveis de comunicação e na coordenação e otimização dos recursos disponíveis. Potencia um maior envolvimento dos utentes na tomada de decisões e na intervenção e contribui para a sua capacitação (*empowerment*).

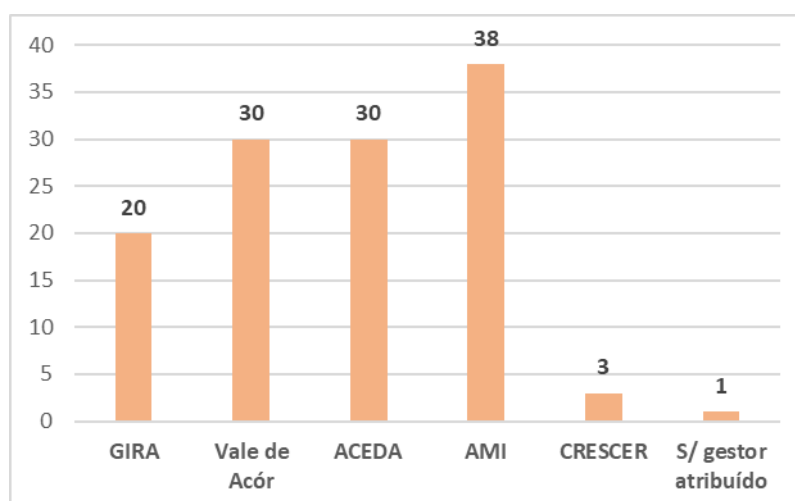
As ações desenvolvidas pelos TGC com os utentes privilegiam: o acesso a cuidados de saúde primários e de especialidade (nomeadamente saúde mental, dependência de substâncias, entre outras), a integração em respostas de tratamento no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (comunidades terapêuticas, unidades de desabituação), a regularização de documentação, o encaminhamento para respostas de habitação, a integração no programa de *Housing First*, o encaminhamento para o Espaço de Acolhimento Noturno do município, bem como a integração em atividades de cariz profissional e sócio ocupacional (emprego, formação profissional e outros projetos formativos ou atividades sócio ocupacionais).

No âmbito de reuniões técnicas mensais, realizadas entre Técnicos Gestores de Caso e representantes da autarquia afetos ao NPISA, é feita a distribuição de novas situações que antecede o início do acompanhamento social das PSSA em causa. Na maioria dos casos este acompanhamento é realizado em colaboração com os Técnicos Gestores de Processo do SAAS, no âmbito das medidas de RSI e Ação Social.

Estas reuniões servem também a discussão de casos, promovendo uma reflexão conjunta e a procura das respostas mais adequadas a cada situação.

No final do ano transato, a autarquia tinha identificadas 122 pessoas em situação de sem abrigo no concelho de Almada. Destas, 99% tinham Técnica/o Gestor de Caso atribuído, de acordo com a distribuição apresentada no gráfico infra.

Gráfico 11 – Distribuição de casos de PSSA pelas entidades gestoras no âmbito do NPISA



A distribuição de casos, no âmbito do NPISA, considera determinados critérios, atendendo nomeadamente à principal problemática identificada e ao território onde as PSSA se encontram. Assim, no que respeita à problemática principal, nos casos em que são identificados comportamentos aditivos e dependências o acompanhamento é assegurado pela Associação Vale de Acór, nas situações de doença mental a gestão é realizada pelo Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa (GIRA) e os casos em que a problemática é iminentemente social são acompanhados pela Fundação de Assistência Médica Internacional (AMI) e ACEDA.

De acordo com o gráfico 11 é possível constatar que a maioria das situações identificadas no território de Almada se encontravam, à data, em acompanhamento pela AMI, ACEDA e Associação Vale de Acór (81%), destacando-se as problemáticas ligadas a situações de vulnerabilidade iminentemente social e ao consumo de substâncias psicoativas.

O projeto de Gestão de Casos, no âmbito do NPISA, entre julho de 2023 e junho de 2024 teve financiamento municipal total. A partir de agosto de 2024 foi financiado por uma candidatura ao Programa Regional 2030 que compreende 60% de financiamento municipal e 40% de financiamento do Fundo Social Europeu.

Importa ainda salientar que, com a assinatura de protocolo de colaboração com a Associação CRESCER, em dezembro de 2024, a gestão de 3 das situações enquadradas no projeto de *Housing First* passou a ser da competência desta entidade.

3.2. Equipas de Rua (Diurnas e Noturnas)

No âmbito do NPISA, foram criadas, em 2019, as Equipas de Rua Noturnas e a Equipa de Rua Diurna, com diferentes enfoques e constituições.

Equipa Técnica de Rua Diurna: Dinamizada por técnicos superiores das áreas das ciências sociais, das instituições Vale de Acór, GIRA, ACEDA e AMI, com a colaboração de enfermeira da Unidade Local de Saúde de Almada-Seixal. Esta equipa, que assegura apoio psicossocial a PSSA, funciona em regime diurno, tendo iniciado a sua intervenção com frequência semanal.

A Equipa de Rua Diurna apresenta uma componente técnica, procurando prestar apoio às PSSA e fomentar a sua integração em processos de recuperação, tratamento, vinculação aos serviços sociais e de saúde. Objetiva a plena reinserção na sociedade das pessoas acompanhadas, desenvolvendo uma ação articulada de sensibilização, orientação, acompanhamento e encaminhamento.

É também esta equipa que procede a uma primeira avaliação dos novos casos referenciados ao NPISA, com o intuito de realizar um primeiro diagnóstico social que identifique as principais necessidades e problemáticas que serão objeto de intervenção e que fundamentam a atribuição de uma técnica gestora.

Equipas de Rua Noturnas: dinamizadas por grupos de voluntários da Associação Gerações Sorriso e ACEDA, com intervenção nos dias úteis, em período noturno, mediante distribuição de agasalhos, alimentos e encaminhamento de PSSA para os serviços de apoio destinados a este grupo da população.

As equipas de rua noturnas são uma resposta no acompanhamento das pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente aquelas que se encontram sem teto, a pernoitar em espaços públicos. São igualmente essenciais para a identificação de novas situações e o posterior encaminhamento para equipas técnicas.

A resposta de equipas de rua encontra-se protocolada, sendo que a CMA concede apoio financeiro às equipas de voluntários para apoio no combustível, seguros e materiais de acondicionamento de alimentos.

Dados que espelham o trabalho das equipas de rua noturnas durante o ano de 2024:

	ACEDA	Gerações Sorriso
Nº de voluntários envolvidos	31	35
Nº de voltas efetuadas	130	130
Nº de refeições distribuídas	2655	4562 ¹
Nº de PSSA apoiadas	90	90

¹ Este número implica as refeições cedidas pela Associação Gerações Sorriso nas sextas-feiras para consumo no fim de semana.

Importa referir que em fevereiro de 2024, as ERN tiveram uma formação certificada com a ACA – Associação Conversa Amiga “Formação de Rua – Curso de Voluntariado com Pessoas em Situação de Sem Abrigo”, com uma carga horária de 12h, distribuídas por 2 dias. Esta formação realizou-se no Instituto Piaget, em Almada, tendo estado presentes na mesma 16 voluntários destas equipas.

3.3. Respostas de Alojamento

A intervenção do NPISA de Almada tem por base a visão da Estratégia Nacional para a Integração de PSSA, que considera a importância de “consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, por forma a que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas”.

Neste âmbito, têm vindo a ser implementadas estruturas de alojamento no Município, com o objetivo de responder às necessidades de acolhimento de emergência e de adequar a intervenção às necessidades mais prementes identificadas.

Atualmente, Almada possui 2 respostas na vertente do acolhimento de emergência e uma resposta de acolhimento à medida que integra 2 projetos (tipologia de *Housing First*).

3.3.1. Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL)

O decreto do Estado de Emergência, e respetivo confinamento decretado em março de 2020, conduziu a um aumento da condição de vulnerabilidade das pessoas que se encontravam em situação de sem abrigo. As equipas de rua, que mantiveram a sua intervenção, sempre foram dando conta desta situação, tendo verificado que estas pessoas se sentiam cada vez mais isoladas e inseguras, vivendo situações de grande ansiedade. Acresce que as respostas sociais diminuíram a sua capacidade de apoio, bem como os locais onde estas pessoas socializavam encerraram (restaurantes, cafés...), deixando-as completamente sozinhas.



Assim, surgiu a necessidade de criar um espaço coletivo onde as pessoas pudessem pernoitar e ter acesso a uma refeição e higiene.

Neste âmbito, foi criada uma resposta de acolhimento com os seguintes objetivos:

- Diminuir a exposição das PSSA a fatores ambientais e psicológicos, decorrentes da situação de pandemia, que pudessem colocar a vida destas pessoas em risco ou diminuir a sua saúde mental;
- Disponibilizar temporariamente um espaço de apoio às PSSA de Almada que permitisse suprir no imediato as necessidades básicas de alojamento, alimentação e higiene, num contexto generalizado de diminuição dos recursos de apoio disponíveis na comunidade.

Este alojamento temporário, do tipo coletivo, manteve o seu funcionamento no pós-pandemia, mantendo-se até aos dias de hoje. Tem capacidade para 25 pessoas do sexo masculino e funciona das 18h00 às 08h00, oferecendo as seguintes respostas: espaço de pernoita, balneário para higiene diária, jantar, pequeno-almoço, roupeiro e acompanhamento psicossocial.

Esta resposta funciona dentro de um equipamento desportivo, sendo intenção da autarquia transferi-lo para outro local, transformá-lo numa resposta integrada para PSSA do sexo masculino e feminino, com funcionamento 24h/24h.

A dinamização da resposta envolve a participação de várias entidades:

- **CMA:** Coordenação técnica;
- **ACEDA:** Coordenação técnica e gestão de recursos humanos;
- **CIRL:** Disponibilização das instalações e de um recurso humano para acompanhamento noturno aos utentes;
- **AMI:** Fornecimento dos pequenos-almoços;
- **LAHGO:** Fornecimento de jantares;
- **APPACDM:** Limpeza e higienização das roupas.

Ao longo do ano estiveram acolhidas no Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) 50 pessoas, das quais 24 integraram a resposta em 2024. No mesmo ano autonomizaram-se deste equipamento 11 utentes (3 acolhimentos por familiares, 2 ingressos em Comunidade Terapêutica, 5 integrações em resposta habitacional e 1 integração em ERPI).



3.3.2. Espaço de Acolhimento Temporário (AHBV)

A identificação da necessidade de implementação desta resposta surgiu no âmbito das reuniões periódicas com os parceiros do NPISA, nas quais se concluiu a importância de implementar uma resposta adequada aos desafios impostos pela conjuntura atual. Entendeu-se necessário criar um espaço de alojamento que responda às situações de emergência social, nomeadamente aquelas originadas por catástrofes naturais e fenómenos imprevisíveis.

Neste âmbito, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada (AHBVA) disponibilizou um apartamento com 2 quartos, dirigido a pessoas isoladas e que privilegia a integração de mulheres.

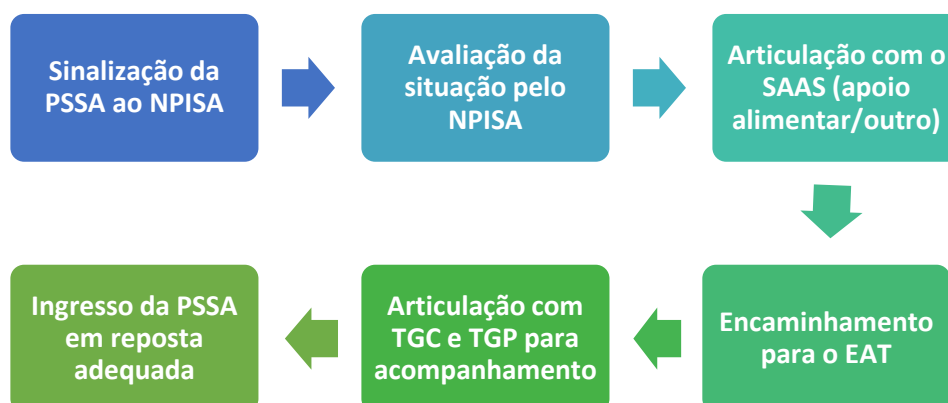
Mais tarde, em 2023, a CMA realizou outro Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, desta vez de Cacilhas, através do qual foram disponibilizados 6 apartamentos de tipologia T1 e T2 para acolher agregados familiares.

As sinalizações para acolhimento de pessoas nestes 2 espaços são encaminhadas, essencialmente, pelas técnicas de intervenção social de 1ª linha afetas ao SAAS de Almada e pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, no âmbito de situações de catástrofe (inundações, incêndios...).

São objetivos do Espaço de Acolhimento Temporário:

- Disponibilizar uma resposta de alojamento de emergência, com a capacidade máxima para 6 pessoas mais 6 agregados familiares, durante 365 dias por ano;
- Permitir uma intervenção na crise e a ligação com respostas de transição que potenciem a reinserção social e profissional das pessoas em situação de sem abrigo.

O encaminhamento e intervenção no âmbito do EAT são realizados tendo em conta o fluxograma infra:



Esta resposta encontra-se protocolada, tendo a CMA concedido um apoio financeiro às duas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários para a cedência e apoio na gestão deste espaço.

No que respeita ao Espaço de Acolhimento Temporário foram alojadas, em 2024, 47 pessoas, correspondentes a 18 agregados familiares, destas autonomizaram-se 14 famílias, através da atribuição de habitação municipal e aluguer de habitação/quarto no mercado privado.

Importa salientar a importância da existência deste espaço, na medida em que possibilita o acolhimento de mulheres, agregados familiares, menores e animais tratando-se da única resposta do concelho com enquadramento para estes públicos.

3.3.3. *Housing First*

Esta abordagem decorre do princípio prioritário da existência de uma habitação como ponto de partida para a resolução de outros problemas de índole social, que vão desde o tratamento, a problemas do foro físico, psicológico, educativo, de empregabilidade, de dependência de substâncias ilícitas e de integração social.

Para viabilizar o desenvolvimento deste projeto em Almada, a autarquia cedeu, a título de comodato, 10 espaços a 2 entidades (CSPNSCCC e GIRA), que implementaram 2 modelos de *Housing First* – um direcionado para PSSA com comportamentos aditivos e dependências e outro focado na problemática da doença mental.

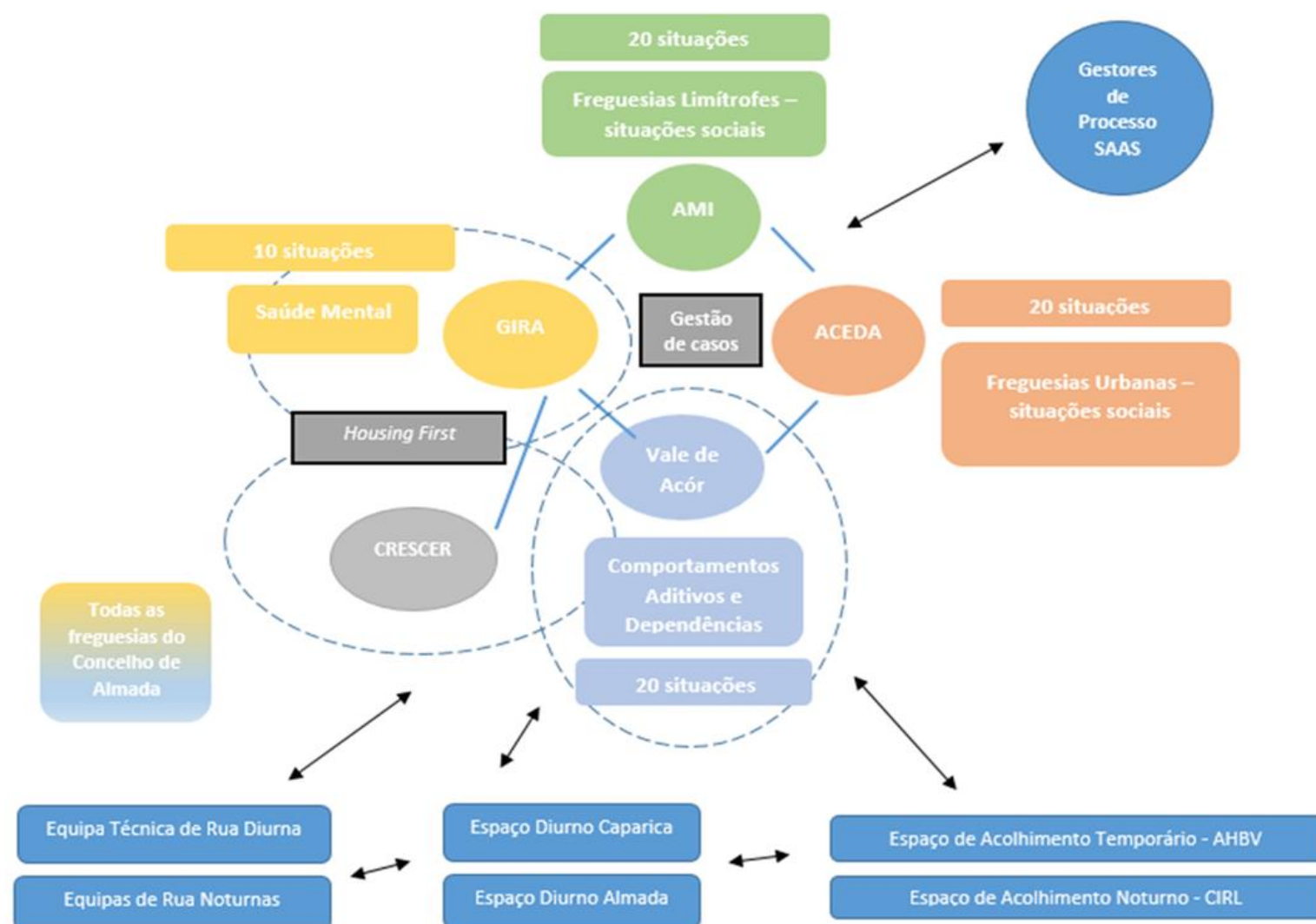
Primeiramente, com enquadramento em candidatura ao POR Lisboa 2020 foi implementada a primeira resposta de *Housing First* de Almada, dinamizada pelo GIRA e orientada para a

intervenção com PSSA com doença mental. Esta resposta mantém-se e abrangeu, no ano de 2024, 3 PSSA.

Por outro lado, o projeto de *Housing First* “Casa no Tempo Certo”, implementado por meio de uma parceria entre o CSPNSCCC e o Instituto da Segurança Social, I.P., estabelecida no âmbito da abertura de aviso para candidaturas a projetos inovadores na área do alojamento para PSSA, ficou suspenso durante o ano de 2024, após rescisão dos protocolos celebrados neste âmbito por parte da Entidade gestora da resposta (CSPNSCCC). Com o intuito de manter o adequado acompanhamento social às pessoas integradas neste projeto, a equipa de SAAS da Santa Casa da Misericórdia de Almada realizou uma gestão próxima e personalizada das situações.

Com a possibilidade de candidatura ao Programa Regional Lisboa 2030, a Associação CRESCER aceitou o desafio lançado pela Câmara Municipal de Almada para a gestão deste projeto, com início formal em dezembro de 2024, cabendo a esta Entidade a gestão dos 7 espaços anteriormente cedidos ao CSPNSCCC e dos casos das PSSA integradas em 3 das frações.

O objetivo deste projeto consistiu em implementar uma resposta de alojamento, à medida, para pessoas em situação de sem-abrigo que se encontram nesta situação há muito tempo e para as quais outras respostas se mostraram ineficazes, nomeadamente face às problemáticas associadas do âmbito da doença mental e dos comportamentos aditivos e dependências.



3.4. Atividades Ocupacionais

3.4.1. Oficinas Criativas

O projeto “Oficinas Criativas”, dinamizado pela Santa Casa da Misericórdia de Almada, consiste numa resposta sócio ocupacional direcionada para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e artísticas, potenciando o aumento de oportunidades de integração social e/ou profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, mediante a disponibilização de um espaço ocupacional onde são dinamizados diversos ateliers.

Esta resposta constitui uma mais valia para o território e para o NPISA, no sentido da inclusão de pessoas com percursos continuados e prolongados de exclusão, permitindo a ocupação saudável dos seus tempos livres e a sua capacitação a vários níveis. Nomeadamente no que respeita aos utentes integrados no Espaço de Acolhimento Noturno, este projeto possibilita uma dimensão de trabalho diurno com os mesmos, determinante para o seu percurso de integração.

Os workshops e ateliers dinamizados são realizados num espaço da SCMA sito na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 13C, Almada.

No ano de 2024 foram realizadas 40 sessões no âmbito das Oficinas Criativas, que contaram com a participação de 2 PSSA.

3.4.2. Passeios e outras atividades

Em 2024 foram realizadas ações no âmbito do projeto “(Re)Descobrimdo”, financiado pelo RMAPA e gerido pela ACEDA. Este projeto surgiu com o propósito de apoiar a reconecção das PSSA acompanhadas à sociedade, fomentando nelas um sentimento de pertença e de identidade cultural que propicia uma reinterpretação do espaço ao seu redor e a sua reinserção social, por meio de atividades socioculturais e de lazer.

Neste âmbito, foram realizadas 9 atividades, a saber:

Visita ao Submarino Barracuda e Fragata Dom Fernando e Glória - Almada

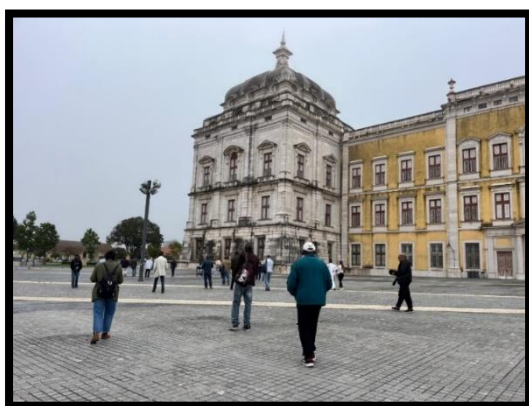
Realização de uma visita ao Submarino Barracuda e à Fragata Dom Fernando e Glória, dando a conhecer aos participantes parte da história da Marinha Portuguesa. O submarino Barracuda e a Fragata D. Fernando II e Glória integram o polo museológico da Marinha Portuguesa na doca seca de Cacilhas.

Esta atividade foi seguida de um almoço ao ar livre, no Jardim do Rio, em formato de piquenique, que permitiu estreitar o convívio e a coesão do grupo. Participaram 15 utentes.



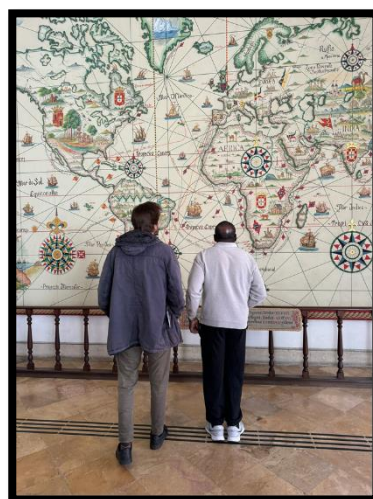
Visita ao Palácio Nacional de Mafra - Mafra

Realização de uma visita guiada ao Palácio Nacional de Mafra, que deu a conhecer aos participantes o maior monumento nacional português, dos quais mais de 38.000 m² são referentes ao Palácio-Convento. Esta atividade foi acompanhada de um piquenique convívio no Jardim do Cerco, que favoreceu a boa relação interpessoal, o convívio e o sentimento de pertença à comunidade. Posteriormente, realizou-se uma sessão de cinema dentro do Espaço de Acolhimento. Participaram 30 utentes.



Visita ao Museu da Marinha e Planetário - Lisboa

Realização de visita ao Museu da Marinha onde estão expostas coleções dos 900 anos de história portuguesa no mar, desde maquetes a navios reais, navegadores e instrumentos náuticos. Neste dia, houve um almoço convívio em Belém seguido de visita ao Planetário (com uma cúpula de 25 metros, é considerado um dos maiores planetários do mundo). Participaram 30 utentes.



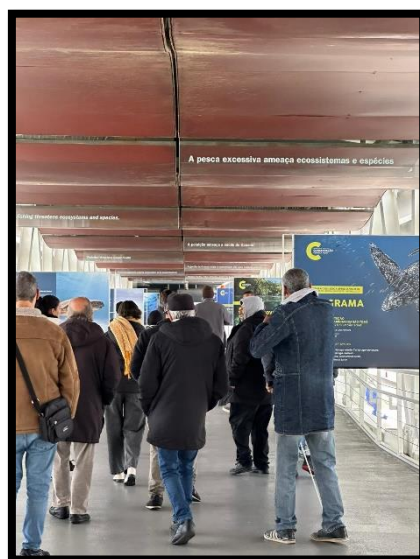
Sessão de cinema – Almada Fórum

Realização de 5 idas ao cinema, para visualização de filmes escolhidos pelos destinatários, acompanhada de pipocas. Antes da sessão foi proporcionado um almoço em local escolhido pelos próprios. Participaram em média 10 utentes/sessão.



Visita ao Oceanário – Lisboa

Realizada visita ao Oceanário de Lisboa, aquário público de referência mundial e um dos mais visitados em Portugal. O passeio visou o enriquecimento do conhecimento sobre a vida marinha, ecossistemas aquáticos e a importância da conservação dos oceanos. A visita contou com a participação de um guia, que facultou uma breve introdução dos espaços e exposições a observar. Posteriormente, decorreu um almoço em restaurante na Cova da Piedade. Participaram 28 utentes



4. Execução Financeira

As respostas disponibilizadas pelo Município, no âmbito do NPISA, apresentam, atualmente, um custo anual médio para a autarquia de 402.210,51 €, que se reporta à manutenção de:

- Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) – **157.515,30 €/ ano**;
- Espaço de Acolhimento Temporário (AHBVA e AHBVC) – **57.900,00 €/ ano**;
- Equipas de Rua Noturnas – **13.400,00 €/ ano**;
- Programa Integrado de Intervenção com as Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Almada (PIIPSSAA), que integra as respostas de Gestão de Casos e *Housing First*, no âmbito de candidatura ao Programa Regional Lisboa 2030 – **173.395,21 €/ média/ ano**.

Relativamente à verba executada, com enquadramento no Programa Regional Portugal 2030, importa ressaltar que 40% do total é comparticipado pelo Fundo Social Europeu.

De seguida apresenta-se quadro síntese com informação dos montantes transferidos às entidades parceiras no ano de 2024.

Tabela 1 – Execução financeira (2024)

RESPOSTA	PARCEIROS	VERBA EXECUTADA	Justificação
Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL)	ACEDA, APPACDM, LAHGO, AMI, CIRL	78.757,65 €	1ª tranche correspondente a 6 meses de projeto
Espaço de Acolhimento Temporário (EAT)	AHBVA e AHBVC	57.900,00 €	Tranche única (valor anual)
Equipas de Rua Noturnas	Associação Gerações Sorriso e ACEDA	13.400,00 €	Tranche única (valor anual)
PIIPSSAA (Técnicos Gestores de Caso + <i>Housing First</i>) PR 2030	AMI, Vale de Acór, GIRA, CRESCER	107.543,75 €	1ª tranche, correspondente aos primeiros 5 meses de projeto
Total		257.601,40 €	

Os projetos inerentes ao Espaço de Acolhimento Temporário, dinamizado em parceria com as Associações Humanitárias de Bombeiros de Almada e Cacilhas foram mantidos com comparticipação total da autarquia.

As candidaturas ao Programa Regional Lisboa 2020 e 2030 possibilitaram uma comparticipação partilhada entre o Fundo Social Europeu e a autarquia no que respeita aos projetos de Gestão de Casos e *Housing First*, no entanto, realça-se que de agosto de 2023 a junho de 2024 (interregno entre as duas candidaturas a este financiamento europeu) o projeto de Gestão de Casos foi assegurado na sua totalidade com verba municipal, atribuída aquando da assinatura de Protocolo de Colaboração com os parceiros deste projeto.

5. Parceria

Tabela 2 – Reuniões realizadas

REUNIÕES	Nº
Reuniões com as ERN	7
Reuniões com os TGC/ ETR Diurna	24
Reuniões com a ENIPSSA	5
Reuniões plenárias NPISA/CLASA/CSF	3
Presença em Encontros/Workshops/Formações	6
Reuniões do Grupo de Casos Sociais e de Saúde Complexos	12
Reuniões com outras entidades parceiras	19
Reuniões/Formações com a I AM Consultoria (software AidHound)	4

Como pode ser observado na tabela acima, ao longo do ano foram realizadas várias reuniões com as entidades parceiras, com o intuito de promover momentos de articulação, discussão, reflexão e monitorização do trabalho desenvolvido. As Gestoras de Caso participaram ainda em encontros, workshops, sessões de formação e de supervisão.

A periodicidade das reuniões com as Técnicas de Gestão de Casos passou de mensal a quinzenal, dado o aumento das sinalizações PSSA, bem como da complexidade das situações, que colocou a necessidade de distribuir os casos de forma mais célere e de uma discussão mais regular.

A existência destes momentos não substituiu a necessidade permanente de um contacto mais informal entre as equipas, uma vez que, recorrentemente, surgiram situações nas quais foi necessária uma intervenção no momento.

Foram ainda realizadas sessões formativas e reuniões com a I AM Consultoria, no âmbito da monitorização de dados, inerentes à intervenção com PSSA, na plataforma AidHound, por forma a responder às solicitações do Município e do GIMAE (ENIPSSA).

6. Perspetivas futuras

6.1. Candidatura Plano de Recuperação e Resiliência (BNAUT)

O Município apresenta um conjunto de necessidades ao nível do alojamento urgente e temporário, que se enquadra na linha das necessidades dos territórios da Área Metropolitana de Lisboa, caracterizado pela ausência de resposta habitacional para grupos particularmente vulneráveis, que não encontram respostas às suas necessidades particulares de alojamento quer no âmbito da oferta de habitação social quer no mercado de arrendamento privado.

Neste âmbito, foi apresentada candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, nomeadamente assente na implementação de duas respostas.

6.1.1. Centro de Alojamento de Emergência Social - CRIA Pombal

A implementação de uma resposta integrada, que contemple a vertente do alojamento de emergência social e a possibilidade do desenvolvimento de atividades ocupacionais para PSSA é uma das metas do NPISA de Almada.

Pretende-se realizar uma intervenção de natureza holística com as PSSA, que permita uma verdadeira integração social, respondendo às necessidades biopsicossociais dos beneficiários, mediante uma visão sistémica que potencie o empoderamento e a inclusão social, mas também a responsabilização social dos diferentes parceiros e agentes socioeconómicos de Almada.

Nos moldes atuais, o Município apresenta uma resposta de alojamento noturno, de carácter provisório, desde a sua implementação, uma vez que se considera que não reúne as condições ideais para o desenvolvimento da intervenção. Neste espaço, os utentes têm resposta de pernoita, mas não é assegurada a possibilidade de permanência diurna, pelo que existe um período significativo de vazio de atividades de capacitação e de ocupação de tempos livres.

Com vista a colmatar esta lacuna e a dar mais dignidade e conforto às pessoas integradas, perspetiva-se a transferência desta resposta para um espaço de acolhimento aberto 24h/24h, 365 dias/ano, em regime de semi-internato com períodos livres. Pretende-se que em período diurno a resposta disponibilize atividades diversas, mediante estabelecimento de protocolos com os parceiros do NPISA, contemplando nomeadamente sessões terapêuticas, atendimento psicossocial, formações teóricas e práticas, sessões informativas, reuniões de grupo e outras atividades lúdicas.

Pretende-se ainda, que este seja um espaço de referência para os Técnicos Gestores de Caso e outros parceiros.

Durante o ano de 2024, realizaram-se diversas reuniões com o Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal e empresa de arquitetura contratada pela autarquia, a fim de analisar o projeto de construção de uma resposta social que vá de encontro às exigências colocadas por esta entidade, plasmadas no Manual para Centros de Alojamento de Emergência Social, publicado em setembro deste ano. Objetiva-se a celebração de um protocolo de cooperação para desenvolvimento desta tipologia de resposta.

O projeto de arquitetura encontra-se em fase de finalização, perspetivando-se que a resposta possa integrar até 22 PSSA, contemplando a possibilidade de acolhimento de pessoas isoladas e de casais, de indivíduos de ambos os géneros e de animais.

6.1.2. Resposta de Alojamento de Transição

Após reuniões decorridas com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, considerando a necessidade de atender aos vários perfis de PSSA acompanhadas, optou-se por direcionar o imóvel adquirido pela autarquia para a implementação de uma resposta de alojamento de transição.

Esta tipologia de resposta prevê acolhimento transitório, de curta a média duração, destinado a pessoas em fase de pré-autonomização, objetivando a promoção de condições para o desenvolvimento e consolidação da autonomia dos residentes a nível pessoal, social e profissional e uma transição gradual e estruturada para a vida ativa.

Ainda neste âmbito, perspetiva-se o estabelecimento de Protocolo de Cooperação com o ISS IP.

7. Considerações Finais

Com a análise dos dados recolhidos, conclui-se que, no ano de 2024, o número de PSSA no município aumentou. Esta conclusão é particularmente relevante quando comparados os dados atuais com a informação dos anos anteriores, constatando-se que este é o valor mais elevado, desde 2019.

Considera-se que esta realidade tem diferentes origens, nomeadamente encontrando-se associada ao agravamento das condições socioeconómicas, que assenta na precariedade do trabalho e nos elevados valores praticados no mercado de arrendamento privado.

Embora os comportamentos aditivos e dependências e a doença mental continuem a estar na origem de muitas situações de sem abrigo, nos últimos anos tem-se assistido a um avolumar de casos de pessoas que ficam nesta condição, essencialmente, pela ausência de condições financeiras para custear uma habitação, fator que tem contribuído para a alteração do perfil das pessoas acompanhadas e consequente necessidade de adaptar a intervenção realizada a esta realidade.

Importa salientar que o agravar desta situação tem sido minimizado por um importante trabalho de prevenção realizado ao nível do SAAS do concelho, nomeadamente através das respostas de alojamento de emergência asseguradas por via do Fundo Permanente (verba autárquica para situações de emergência social).

De seguida, sintetizam-se os principais desafios identificados ao longo do ano:

- Continua a ser perceptível que, pese embora a divulgação realizada, algumas entidades e municípios continuam a desconhecer os procedimentos e a tipologia de intervenção concretizada, pelo que será importante criar momentos formativos de sensibilização e esclarecimento junto de grupos específicos neste âmbito;
- A escassez de respostas de alojamento coloca dificuldades à adoção de projetos de vida alternativos pelas PSSA acompanhadas. Este constrangimento deriva, tanto da inexistência de vagas nos equipamentos existentes, como do perfil das pessoas acompanhadas, que muitas vezes não se enquadra nos critérios definidos;
- As respostas de acolhimento existentes encontram-se frequentemente com a capacidade completa, refletindo-se este problema num número de vagas disponíveis cada vez mais escasso. Esta sobrelotação encontra-se também associada à ausência de respostas de transição e à dificuldade de autonomização por via do mercado de

arrendamento, cujos valores praticados são incompatíveis para pessoas com baixos rendimentos;

- A escassez de estruturas que se consubstanciem numa solução de acolhimento para PSSA com quadros de doença mental crónica conduz à permanência destas em internamentos hospitalares prolongados, ou ao regresso ao contexto de rua, onde o risco de descompensação aumenta substancialmente;
- No que respeita às PSSA que se encontram em condição de sem teto, é evidente o crescente número de situações nas quais são identificados problemas de saúde mental. Pela ausência de crítica face à doença, um dos maiores constrangimentos identificados prende-se com a dificuldade em conduzir utentes mais desorganizados a consultas, acompanhado pela ausência de disponibilidade das equipas de saúde mental para realizar avaliações em contexto de rua. Tal prejudica a obtenção de diagnósticos que permitam estabelecer planos terapêuticos, essenciais à organização mental destes utentes;
- Nos casos de duplo diagnóstico (comportamentos aditivos e dependências associados a questões do foro mental) há uma grande dificuldade em intervir, já que alguns utentes não estão recetivos à integração em tratamento na ETETA, mas também não reúnem critério para internamento hospitalar e avaliação psiquiátrica neste contexto. Em casos mais graves, o acompanhamento e a definição de projetos a outros níveis ficam inviabilizados por esta dificuldade;
- Em algumas situações é notória uma fraca participação da pessoa no processo de acompanhamento, explicada por diversos fatores, nomeadamente: dificuldade em estabelecer prioridades e em concretizar as ações definidas; descrença na atuação dos serviços por experiências passadas negativas; quadros de doença mental e CAD que inviabilizam o seu comprometimento, entre outros;
- Considera-se fundamental a presença de um elemento da área da saúde nas rotas realizadas pelas Técnicas Gestoras de Caso, face a um número considerável de utentes acompanhados, em condição de sem teto, com doença física e mental. Embora se encontre protocolado o acompanhamento de algumas das rotas da equipa de rua diurna por enfermeiro/a, no ano transato tal não foi viabilizado. Considerando que a nova organização dos cuidados de saúde, operada pela criação da nova ULS Almada-Seixal, já se encontra concretizada, será importante, no próximo ano, retomar esta articulação;

- A denúncia de protocolos de colaboração no âmbito da gestão do projeto de *Housing First*, por parte do CSPNSCCC, acompanhada da dificuldade implicada no estabelecimento de novo protocolo com outra entidade, para os mesmos efeitos, conduziu à interrupção do acompanhamento personalizado exigido nesta tipologia de resposta aos 3 utentes acolhidos, com consequências no seu processo de autonomização. Em alternativa, foi solicitada a colaboração da entidade que já prestava acompanhamento ao nível do SAAS (Santa Casa da Misericórdia de Almada) que, dentro das suas possibilidades e em estreita articulação com a coordenação do NPISA, conduziu a intervenção durante 1 ano.

Da avaliação da execução do projeto, no ano de 2024, destacam-se também aspetos muito positivos, dos quais se destacam:

- A candidatura ao Programa Regional 2030, que permitiu retomar o projeto de *Housing First* para pessoas com CAD e a continuidade do acompanhamento psicossocial especializado a PSSA, pelas técnicas gestoras de caso, com grande enfoque na intervenção em contexto de rua e salvaguarda do *follow up* dos casos de pessoas que não se deslocam aos serviços;
- O estabelecimento de parceria com a Associação CRESCER, que irá gerir os 7 apartamentos de *Housing First* e acompanhar, em proximidade, os utentes integrados neste projeto. Esta entidade apresenta experiência e *know how* fundamentais nas áreas de promoção da saúde, redução de riscos e minimização de danos e inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, através de projetos de intervenção na comunidade;
- O trabalho desenvolvido pelas Equipas de Rua Noturnas que tem sido essencial na identificação de novas situações e na satisfação de necessidades básicas das pessoas mais vulneráveis;
- A manutenção das respostas de alojamento, que possibilitaram o acolhimento de 103 PSSA, ao longo do ano;
- A ágil articulação e trabalho colaborativo com parceiros, que facilita e desburocratiza a intervenção realizada;
- A participação no Grupo de Intervenção em Casos Sociais e de Saúde Complexos que permite uma análise multidisciplinar das situações mais frágeis e a rentabilização de recursos do território;

- A boa adesão das PSSA às atividades dinamizadas através do projeto (Re)Descobrimdo, que tiveram um impacto muito significativo no bem-estar individual, autoestima, satisfação, interação e coesão do grupo, assumindo-se como um instrumento fundamental ao trabalho realizado e à inclusão social dos participantes;
- O trabalho fundamental de estreita articulação entre as técnicas gestoras de caso do NPISA e as técnicas gestoras de processo do SAAS que permitiu que 71 das PSSA acompanhadas deixassem a situação de sem abrigo, no período de 1 ano, autonomizando-se.

Importa ainda referir que em dezembro de 2024 foi publicada a ENIPSSA 2025-2030, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 208/2024, que definiu novas orientação a seguir pelos NPISA na intervenção com Pessoas em Situação de Sem Abrigo.